

Como nasce uma *gansóloga*¹? Uma análise da formação acadêmica de uma praça Policial Militar²

Perla Alves Bento de Oliveira Costa³

Resumo: Este presente trabalho busca apresentar o processo de formação acadêmica de um sargento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que, pertence a primeira turma do Curso de Tecnologia e Social ofertado pela Universidade Federal Fluminense através do Consórcio CEDERJ e após, foi aprovada no processo seletivo para o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito pela mesma Universidade. Desta forma, o presente artigo convida a refletir acerca da formação policial militar para além dos bancos escolares que formam o policial militar e as percepções e conflitos ocasionados com o ingresso na especialização *stricto sensu*.

Palavras – chave: formação, policial, procedimentos.

Abstract: This paper aims to present the academic training process of a sergeant of the Military Police of the State of Rio de Janeiro, who belongs to the first group of the Technology and Social Course offered by the Federal University Fluminense through the Consortium CEDERJ and after, was approved in the process selective for the Master's in the Graduate Program in Sociology and Law by the same University. In this way, the present article invites to reflect on the military police formation beyond the school benches that form the military police and the perceptions and conflicts caused by the entry into the *stricto sensu* specialization

Keywords: training, police, procedures

Introdução

Este trabalho busca apresentar a trajetória acadêmica de uma sargento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro a partir do momento em que ela ingressa no curso de Tecnologia em Segurança Pública ofertado pela Universidade Federal Fluminense e

¹Ganso é uma categoria nativa utilizada pelos policiais militares para fazer referência a indivíduos usuário de drogas ou não, que andam em grupos, e apresentam segundo eles, potencialidade para cometer atos ilícitos. Gansóloga seria a estudiosa destes gansos.

²Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES). Este trabalho decorre de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

³ Pesquisadora vinculada ao INCT/InEAC; Psicocult e NSD. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense; Nova Friburgo, RJ, Brasil; E-mail perlafem@hotmail.com; Orcid <https://orcid.org/0000-0001-5227-4124y>.

na sequência é aprovada no processo seletivo para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito na mesma Universidade.

O trabalho justifica-se tendo em vista a implantação de um curso de tecnólogo em segurança pública tendo como público alvo profissionais da área e dentro deste universo, 80% das vagas serem destinadas aos policiais militares. E que, num primeiro momento seria pré-requisito para assunção na carreira para as praças podendo este alcançar o oficialato. Nesta sequência, apresenta o protocolo da Polícia Militar quando uma praça de suas fileiras é aprovada no processo seletivo *stricto sensu*, onde se propõe a buscar compreender como as práticas e lógicas das ações dos policiais militares, no que tange drogas, são operacionalizadas e atualizadas.

Assim, busca descrever os obstáculos, dificuldades, construções e desconstruções com o objetivo de compreender como o processo de formação acadêmica de seus operadores ocorre, num primeiro momento frente a um curso de tecnólogo e num segundo, no mestrado. Onde, neste segundo, a autoridade acadêmica surge num ambiente onde a hierarquia militar prevalece. A metodologia aplicada na pesquisa foi a empírica com uma participação observante (WACQUANT, 2002). Desta forma foi possível através da minha atividade, que permitiu meu movimento no Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social e após, no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito.

O Curso de Formação de Soldados

As atividades ministradas durante o Curso de Formação de Soldados, que possui duração de 6 a 8 meses, tinham, segundo Araújo Filho (2003) um caráter repetitivo, jurídico, penal, militarista, que o autor aponta, após a verificação da grade curricular do Curso de Formação de Soldados dos anos 2000 e 2001:

Há um entendimento opaco da missão que irão executar, impedindo, também, que eles adquiram um conhecimento amplo de conceitos relacionados com a sua missão constitucional, como seria o conhecimento necessário acerca da segurança pública, criminologia, violência, direitos humanos, sobre o próprio papel da polícia na sociedade democrática etc, tudo dentro de uma teoria moderna de polícia não só, como já dissemos, sob o prisma jurídico, mas também

sob o prisma social, político, histórico e cultural dessas questões, em atenção à atual missão das instituições policiais que o mundo moderno define e requer. (ARAÚJO FILHO, 2003, p. 57)

Em conformidade com a postulação de Kant de Lima (2007, p.82) “a formação dos policiais tem que incluir processos de socialização acadêmica e profissional que os atualizem em termos dos procedimentos vigentes de construção da verdade e de administração de conflitos”. De acordo com o mesmo antropólogo, os cursos administrados pela instituição privilegiam repetição de movimentos mecânicos e treinamento com armamento quando, na verdade, após o processo de formação, o policial irá se deparar com um maior quantitativo de ocorrências policiais do tipo assistenciais e resolução de conflitos em detrimento de utilização de arma de fogo.

Como revela o estudo de Caruso, Moraes e Pinto (2006), a corporação falha no que diz à formação, a partir do momento que não qualifica a formação das praças, cuja imagem está relacionada à qualidade do serviço prestado por estas. A praça policial militar é a base da pirâmide de uma instituição hierarquizada, que apresenta como seus pilares a disciplina e a hierarquia. Esta que não privilegia o conhecimento adquirido no meio acadêmico, mas aquele ocupado pela maior graduação ou patente.

Disciplina que condiciona o subordinado a obedecer integralmente às regras institucionais e às ordens superiores, visto que se trata de utilizar na polícia regras semelhantes às utilizadas nas Forças Armadas, cujo contexto é da atuação do soldado em situação de guerra. Esses valores se fazem nítidos durante todo o curso e se fazem presentes no dia a dia do policial militar.

No Brasil, a área de segurança pública é compreendida sob o ponto de vista do Estado, tendo em vista que a categoria Pública é recorrentemente interpretada como sinônimo de estatal (GERALDO; KANT; 2015). Desta forma, Neves (2016) salienta em seu trabalho que

O Projeto Pedagógico do Curso enfatiza o aspecto “Social” em seu título – A Segurança Pública aqui é Social, incorporando novos conhecimentos das áreas de Sociologia, Direito, História, Antropologia, Ciência Política, entre disciplinas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Analisando criticamente as bases de ideologia do Estado brasileiro ao lidar com conflitos, o que é impossível não enfatizar em sociedades democráticas republicanas. Fazendo com que o Projeto Pedagógico do Curso tenha foco na análise de reflexões e práticas do ponto de vista da sociedade, construídos através de demandas de transferência de conhecimento

pelas instituições – e não a partir do saber prático das tradicionais instituições de Segurança Pública. (NEVES, 2016, p.23)

No início do processo de formação do curso, 80 % das vagas foram destinadas aos policiais militares e as demais para profissionais da área oriundos de outras instituições de segurança, tais como bombeiros, Militares, agentes penitenciários. A divulgação, no âmbito da Polícia Militar ocorreu através da divulgação em seu boletim interno, seu principal meio de comunicação, o que tornou atrativo a inscrição no vestibular tendo em vista contar com a legitimidade da corporação.

No Consórcio CEDERJ⁴ a dinâmica dos procedimentos de avaliação se dá com a avaliação presencial e a avaliação a distância. Para a realização das avaliações e atividades presenciais é necessário um sistema de parceria com o governo municipal, onde este oferece um espaço físico, preferencialmente uma escola, para que as atividades acadêmicas ocorram. A primeira avaliação corresponde, cerca de, cerca de 80% da nota e deve ser realizada nos polos com um calendário previamente publicado a cada início de semestre. O curso é oferecido pelos polos de Angra dos Reis, Barra do Pirai, Belford Roxo, Campo Grande, Itaperuna, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo e Três Rios. E, a avaliação a distância (AD) compõe o restante da nota é realizado de forma *online*.

O curso possui tutores presenciais e a distância que são os profissionais que mediam o processo de conhecimento. O tutor a distância atua orientando o processo de ensino através da plataforma *moodle* do CEDERJ, onde acontece as interações virtuais, e são os responsáveis pela correção das avaliações a distância. Os tutores presenciais atuam nos polos onde os alunos vão com a finalidade de assistir à tutoria. Essas tutorias ocorrem mediante um calendário pré-estabelecido no início do semestre.

O curso de tecnólogo propõe uma formação acadêmica que permita ao profissional um entendimento acerca da Segurança Pública e Social, a partir de um conjunto de análises e reflexões, da criminalidade e da violência em seus diversos vieses. O que venha a possibilitar uma aproximação com as ciências sociais (antropologia, sociologia e ciências políticas) com o objetivo de refletir acerca dos fenômenos presentes em suas práticas e que operacionalize instrumentos que o

⁴O Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social realizado por meio do Consórcio CEDERJ, na modalidade EaD. Com o conteúdo programático e corpo docente da Universidade Federal Fluminense.

possibilitem, o agente de segurança pública, atuar na administração de conflitos que congregam violência e criminalidade.

Um curso universitário para policiais militares?

“Esses caras têm que entender que, quanto mais resiste aos ensinamentos da universidade mais se aproxima e concordam com a lógica dos coronéis.” (Policial militar com 10 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso)

A formação universitária vai de encontro à formação das praças da Polícia Militar. No que diz respeito a socialização militar, onde novos membros estão sujeitos ao que Berger e Luckmann (1996, p.207) chamam de “alternação”, cuja dinâmica baseia-se numa “transformação quase total, ou seja, na qual o indivíduo “muda de mundos”, esse processo ocorre mediante uma violência do ponto de vista simbólico, que nas palavras de Bourdieu e Passeron (1982), busca matar o “velho homem”, alterando aquela biografia, assim escrevendo uma outra história.

A minha experiência se inicia a partir do momento em que tive conhecimento do curso Tecnologia em Segurança Pública e Social através do boletim interno, além disso a diretora do polo me ligou (tendo em vista eu ter cursado Pedagogia através do Consórcio, anteriormente) informando do curso e me convidando a prestar o vestibular e divulgar o curso no batalhão. O curso iniciou-se no segundo semestre de 2014. Na época, houve uma proposta do então Comandante Geral da Polícia Militar para que o curso de graduação fosse utilizado como pré-requisito para a progressão na carreira da polícia militar, que para a grande maioria de seu público, as praças, compreenderia o acesso ao oficialato. Essa afirmação impactou de forma positiva nas praças, pois se apresentava como um estímulo para que estes profissionais alcançassem o oficialato e por algum tempo esta ideia foi propagada.

Contudo, contrariando as expectativas dos estudantes, em momento anterior a formatura da primeira turma do curso de tecnólogo em segurança pública, houve uma mudança no comando geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o que ocasionou um movimento no sentido de restringir aos bacharéis em direito, unicamente,

o acesso ao oficialato. O que causou um sentimento de descontentamento entre os então, tecnólogos.

Permeia o imaginário dos policiais a ideia de que o curso de direito atende mais aos interesses do Estado do que o curso de segurança pública. Assim, disse um dos alunos de segurança pública:

“Segurança pública não. Vou fazer direito. Qual a utilidade de fazer segurança pública?” (Policial militar com 10 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso).

Uma vez socializados no campo acadêmico, a decisão que exclui os tecnólogos levou os alunos a elaborarem reflexões sobre quais seriam as razões pelas quais a instituição policial militar se recusava a integralizar a formação universitária em segurança pública. Qual seria o intuito político em torno da decisão de privilegiar os bacharéis em direito, curso que como sabido, não aborda a área de segurança pública. Presenciei em determinado momento, o surgimento, na época, de diversas especulações em torno desta questão. Uma das mais divulgadas seria o fato de a gestão da polícia querer igualar seus oficiais aos policiais civis que possuem cartório, ou seja, possuem a ferramenta que inicia o processo criminal. Desta forma, sairiam da chancela da polícia civil, conseqüentemente, da subordinação à autoridade policial, o delegado.

O curso apresenta uma proposta voltada para a reflexividade dos profissionais de segurança pública sobre suas práticas. Tal posição epistemológica causou um estranhamento, pois, durante todo o seu processo de formação o profissional, o operador da segurança pública, não é convidado a refletir. Este estranhamento me fez dar conta das dificuldades enfrentadas pelos policiais diante da necessidade de refletir sobre suas práticas e compreender e assimilar opiniões diferentes das suas.

A partir destas dificuldades estes atores desenvolvem suas estratégias de resistência a este saber por meio da desqualificação.

“Quem entende de segurança pública somos nós, os profissionais de segurança pública. É muito fácil falar que tá tudo errado, quando você não está sentado no banco de uma viatura.” (Policial militar com 18 anos de serviços prestado a PMERJ, aluno do curso).

Enquanto na primeira fala a desqualificação recaí sobre o saber, nas seguintes, recaí sobre o profissional de educação ao mesmo tempo que se reproduz uma lógica de poder em relação a estes profissionais.

“Aquele monte de professor maconheiro. Devem fumar um cigarro antes de corrigir as provas.” (Policial militar com 8 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso)

“Eles têm o poder da caneta.” (Policial militar com 10 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso)

“É simples, é só anotar a placa do carro do tutor. Lá fora, a gente tira a diferença.”(Policial militar com 10 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso)

Esta forma pejorativa em relação aos profissionais envolvidos e ao saber didático utilizado demonstra a tentativa de desqualificar o conhecimento acadêmico fazendo prevalecer as práticas institucionalizadas. De certo que desqualificar é diferente de desconstruir, tendo em vista que, no segundo, existe a premissa de um novo conhecimento de forma a este afrontar o conhecimento inicialmente transmitido.

A percepção de que o direito deve ocupar a formação dos policiais militares oficiais reflete a importância do lugar que o direito ocupa no Estado. Sendo este uma disciplina que é construída a partir de um método escolástico, doutrinário e dogmático. Sendo que Polícia Militar exerce função de controle social, é compreensivo que no Brasil, os oficiais desejem ter uma formação jurídica, tendo em vista sua posição numa cadeia de comando militar e ao mesmo tempo uma posição na gestão burocrática administrativa estatal. Ao optar pelo direito em detrimento das ciências sociais, nítida fica a preferência pela burocracia às práticas de segurança pública. Desta forma privilegia-se o administrador burocrático estatal em detrimento do profissional de segurança pública.

Faço parte da primeira turma e este fato por si só já sinaliza para a existência de conflitos, ainda mais somado às peculiaridades dos universitários. Pude observar que o policial não conseguia se “desvestir” de policial e se “vestir” como aluno. Por muitas vezes, tinha a impressão que eles faziam da universidade a extensão do quartel. Seja quando um aluno se referia ao outro pela graduação ou pela patente e não pelo nome,

seja quando era dada prioridade a um comentário com base na hierarquia militar ou mesmo quando não faziam questão de privar as outras pessoas de ver sua arma.

O Consórcio apresenta um caráter acolhedor e inclusivo. Em minha impressão, pude comprovar que o comportamento dos tutores do polo era sempre receptivos, atenciosos e gentis. Contudo, por várias vezes o aluno não se posicionava como tal e tratava o tutor de forma brusca e arrogante. E, os alunos se sentiam excluídos por serem profissionais de segurança pública. No mesmo momento que o consórcio é inclusivo, o aluno se sente excluído num movimento que reflete seu posicionamento excludente por parte da instituição, o que causa um “choque cultural”. Este é uma categoria nativa, que no contexto do Tecnólogo, é utilizada pelos estudantes e mediadores para definir os conflitos que surgem entre os mediadores e alunos, dado o encontro de dois mundos: o da universidade e o das instituições de Segurança Pública.

Este “choque cultural” decorre não da “exclusão social” do aluno, e sim de sua inclusão social, pessoal, psíquica e corporativa, na categoria de policial. E quanto mais visceral foi e é o processo de inclusão nas lógicas e sociabilidades policiais, maior será o “choque cultural”. Da posição que tenho ocupado no processo de institucionalização desta proposta inovadora, os “choques culturais” são úteis (primeiramente) na medida em que sua explicitação nos permite estar atentos para administrar os conflitos e fazer possíveis ajustes, quando necessários e indispensáveis, para o sucesso de nossos objetivos acadêmicos e propostas pedagógicas. Mas não só por isso. Ao tomar a categoria nativa de “choque cultural” como chave para a entrada em seu universo de significados, isso pode nos levar a uma compreensão antropológica refinada e útil sobre o funcionamento das forças de controle social e segurança pública, bem como sobre os dilemas da educação superior nas sociedades contemporâneas. (VERÍSSIMO, 2015, p.19)

No polo onde estudei, a turma era composta por praças e dois oficiais. Os oficiais não concluíram o curso, não interagiam com as praças inibindo as falas destes em relação à instituição, justificaram que não viam utilidade no curso. Desta forma a turma era formada exclusivamente por praças e isso deixou a turma unida, pois, existia um sentimento de identidade e mais à vontade para emitir comentários acerca da instituição. Por vezes observei que a presença dos oficiais na turma, inibia a fala das praças. E, por outro lado, não percebi momentos de interação entre ambos segmentos.

O incômodo das praças com a presença dos oficiais demonstra que a internalização da hierarquia do batalhão era transpassada para o espaço da sala de aula.

Tal fato é expressão da desigualdade que se expressa nos diversos aspectos do espaço público no Brasil (KANT, 1999).

A perspectiva hierárquica era reproduzida em diversos aspectos inclusive nas práticas estudantis que lidam com o acesso a informação como algo privilegiado, não universal e igualitário. Assim, os alunos, para a realização de provas presenciais, de algumas disciplinas, se organizavam no ordenamento das cadeiras de forma estratégica visando a “cola”. A prática da chamada “cola” não era compreendida como algo que desigualava os estudantes durante o processo de avaliação na qual todos são submetidos ao mesmo critério de exame. Era todo quase um ritual.

Embora o curso recomendasse o não comparecimento uniformizado, o porte da arma em sala era não estava nesse controle e era recorrente sua ostentação no intuito de intimidar os tutores em sala de aula. Em certa oportunidade ouvi um aluno, no corredor, dizendo “*a gente entra pela porta de trás, um atrás do outro e fazendo cara de tigre*”⁵ o objetivo era, além da “cola”, inibir a atuação do tutor. E, nesta mesma linha de atuação, era estratégico sentar de forma a deixar à arma (que se encontra na cintura) à mostra.

“É na hora da avaliação que a gente mostra quem manda. A arma tem que está a vista sim. Quero ver alguém falar alguma coisa.” (Aluno policial militar com quatro anos de serviço)

A resistência e sociabilidade acadêmica levava a alguns alunos a tentar desenvolver “estratégias” ingênuas. Uma delas foi observada, quando as questões eram discursivas e para eles, objetivando serem bem avaliados, bastava fazer alguma citação referenciando o antropólogo Roberto Kant de Lima. Nas falas, soava de forma engraçada, “*não sabe o que escrever, fala de Robertinho*”.

Os conflitos em decorrência do comportamento dos policiais no ambiente acadêmico não foram poucos. Houve uma preocupação contínua dos tutores e coordenadores do curso, em observar e administrar os conflitos que surgiam com notável frequência. A administração de conflitos institucionais pautadas no diálogo e na composição era também uma forma pedagógica direcionada aos alunos pouco acostumados às práticas não repressivas.

⁵ Fazer cara de tigre significa um comportamento onde o policial deve se apresentar sério a fim de transmitir medo pelas ações que pode causar.

A repressão como solução aos conflitos é uma concepção internalizada no policial militar. Certo dia de avaliação presencial um aluno do curso chegou na sala dizendo que tinha ido ao banheiro e que lá encontrou um aluno fumando um cigarro de maconha. Ele disse que se sentiu afrontado e que mandou o aluno engolir o cigarro. Narrou o fato em tom de vitória em relação ao outro aluno. Este episódio, exemplifica a dificuldade de socialização acadêmica por parte do aluno policial e o embate entre as diversas formas de lidar com o conflito. Uma apresentada pelo curso através da administração do conflito e outra, que o policial trazia de suas práticas internalizadas. Com efeito, disse um aluno:

“Somos a ponta da lança. E a função da ponta da lança é fazer sangrar.” (Policial militar aluno do curso)

Uma prática que era comum no período de avaliação a distância era a “socialização do conhecimento”, assim pelos policiais considerados. Muitas vezes observei um aluno fazendo a avaliação e transmitindo para os outros. Esta prática era muito comum num movimento entre os polos. Tal como, guardar as provas de um semestre e passar para o colega no semestre seguinte. Por muitas vezes observei que nos dias de avaliação presencial, era comum os alunos chegarem mais cedo para estudarem em grupo antes da realização das provas. E essa prática foi importante para o processo de ensino aprendizagem de muitos, sendo inclusive, segundo eles, a ferramenta mais preponderante na aprovação.

Por algumas vezes no decorrer do curso, a coordenação realizava visitas ao polo, e vejo isso de forma positiva. Os alunos se sentem valorizados com a presença da coordenação, inclusive, sentem - se surpresos quando os conflitos eram propostos para serem administrados de forma conjunta, tendo em vista que na instituição, policial militar, o conflito é sempre eliminado e não administrado. Assim, a prática de administrar os conflitos também era estranha aos alunos policiais militares.

Ademais diante das minhas dificuldades e desafios, o curso possibilitou a construção de uma sensibilidade que foi compreendida e assimilada por aqueles que se abriram a proposta do curso. Assim, foi a minha turma que organizou, com o apoio da coordenação, o primeiro Seminário do curso de tecnólogos em segurança pública, no polo de Nova Friburgo. O evento contou com mais de 200 participantes num momento

onde haviam matriculados no polo pouco mais de 100 alunos. O evento ocorreu no teatro municipal e contou com o apoio de colaboradores que nos auxiliaram na elaboração de um seminário à altura dos profissionais envolvidos no curso. Foi um momento bem interessante onde foi possível receber muitos alunos de outros polos e compartilhar expectativas e experiências.

No seminário houve um momento para apresentação de relatos, a exemplo de uma aluna que pontuava não entender o porquê oficiais e praças realizavam suas refeições em locais distintos. De acordo com seu relato, esta aluna antes de ser policial militar havia trabalhado numa loja, e neste dia, ela disse que não havia essa separação em seu emprego anterior e que isso era uma das coisas que mais chamava sua atenção.

Observei neste seminário em relato, de um aluno de outro polo, afirmou que com 19 anos de serviços prestados a polícia militar, pedagogo, salientou que acreditava muito na proposta do curso. E que somente a educação seria capaz de transformar o cenário onde o policial militar atua. Explicitou a crença de que a educação era um mecanismo de transformação e que todos os policiais, deveriam ter acesso ao curso para poder realmente entender o que significa segurança pública de verdade.

A minha turma começou com cinquenta alunos e somente oito alunos concluíram ao término dos cinco semestres. Apenas dois oficiais desistiram do curso e outro que fora aprovado para o curso de formação de oficiais. Embora nem todos os alunos terminassem o curso nos cinco semestres, pude constatar que o êxodo estudantil no curso de segurança pública era baixíssimo. A grande maioria concluiu o curso.

Observei que as maiores dificuldades encontradas no curso giravam não somente na socialização acadêmica, mas também em relação a algumas disciplinas que requeriam um maior esforço por parte dos alunos. A disciplina “Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública” é uma disciplina do primeiro período onde, observei, o maior “choque” para o aluno. É nesta disciplina que o aluno é convidado a refletir segurança pública sob o ponto de vista da sociedade. Inclusive como aluna, fui uma dos muitos reprovados nas primeiras avaliações desta disciplina.

Nos próximos semestres, a grade apresentava matemática e estatística. Observei que uma grande parcela dos alunos possui resistência às disciplinas de exatas, por exigirem o domínio de um pensamento lógico, o que faz com que muitos fiquem “agarrados” nela por muitos semestres.

Percebo no batalhão onde sirvo que muitos alunos deixam de cursar segurança pública na instituição privada e o fazem na UFF porque este não apresenta trabalho de conclusão de curso, e num movimento inverso, devido à presença de exatas na grade. Esta observação por um lado aponta o não interesse em desenvolver uma pesquisa e por outro, a aversão às disciplinas de exatas presente em muitos policiais.

Outra dificuldade comum a todos os policiais que fazem curso superior, está na questão da liberação por parte do comandante para que o policial possa realizar as avaliações presenciais. O que diferencia o tecnólogo das demais graduações é a sua publicação no boletim interno, principal veículo de comunicação. Contudo ter a publicação em boletim não lhe garante a liberação para frequentar as atividades acadêmicas presenciais. Desta forma, a instituição Polícia Militar não compreende a importância da realização de cursos superiores pelas suas praças, embora exista uma flexibilização quando o aluno em questão é oficial.

“Eles não sabem o que fazer comigo” - A educação como privilégio

Frente às dificuldades de assimilação da instituição policial em reconhecer a importância da qualificação de suas praças no que tange graduação, posso dizer que ser policial e ser aluna do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Direito não é uma combinação fácil. Como bem salientou um policial

“A PM não precisa de uma praça mestre. Está fazendo mestrado para continuar na PM?” (Subtenente com 28 anos de polícia)

A percepção da instituição policial sobre a formação superior de praças não só encontra dificuldades quanto a sua compreensão e importância como é mal vista pelos gestores militares. Como salienta:

“Você nos dará trabalho. Primeiro por questões administrativas e segundo, porque você pensa.” (Palavras do Diretor da Diretoria de Ensino da PMERJ)

E tal dificuldade se mostrou, no batalhão onde trabalho, desde o momento da minha aprovação para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Tão logo a ciência do resultado, meu subcomandante, ficou visivelmente contente e me parabenizou, pois foi testemunha da minha dedicação em estudar para o processo seletivo e acompanhou parte da minha dificuldade em cursar a especialização, nesta universidade, na cidade de Campos dos Goytacazes.

Ainda movido pela felicidade da minha aprovação, ele disse não saber o que fazer comigo na polícia. Eu necessitaria de liberação dos dias do expediente para cursar a pós-graduação. Neste ímpeto, sugeri que eu fosse até a DGEI⁶ e me informasse qual seria o trâmite para conseguir a liberação. Diante da sugestão, me emprestou sua viatura e seu motorista e agendou minha ida ao CFAP, onde se localiza a DGEI.

Quando na Diretoria, fui bem recepcionada por um oficial superior que me esclareceu as dúvidas que eram comuns ao meu comandante e a mim. Disse que após a matrícula na universidade, deveria fazer um processo que se iniciaria com um requerimento pontuando incentivo à qualificação profissional. No momento que o processo chegasse naquela Diretoria, fariam contato telefônico comigo e concomitante com o comandante da minha unidade e o diretor da DGEI de forma a agendar um dia propício para que eu me apresentasse à uma banca. Esta banca seria formada pelos dois comandantes supracitados, alguns oficiais da DGEI e eu, a fim de apresentar o pré-projeto e a banca julgaria se a temática é pertinente ou não para a instituição.

No caso positivo obteria a liberação para frequentar as aulas, caso contrário, não. No caso positivo passaria a integrar o Programa de incentivo à qualificação profissional. E essa liberação era vista de forma estranha por alguns policiais, como salienta

“Vê se pode ser liberada para estudar. Na minha época, quando a administração descobria que a gente estudava à noite, trocava nossa escala para não conseguirmos estudar.” (Subtenente com 20 anos de Polícia)

Ela me disse também que, exerce a mesma função há oito anos, na diretoria de ensino, e que eu era o quarto caso de policial solicitando dispensa para cursar pós-graduação *stricto sensu*. O que me fez concluir que, ou os policiais não se vêem atraídos

⁶ Diretoria Geral de Ensino e Instrução.

por tal segmento acadêmico ou o fazem sem o conhecimento da polícia, o que acarretaria complicações quanto a realização das atividades do curso.

Chegando novamente na unidade, transmiti as orientações recebidas e aguardei o período de início das matrículas. Muitos vieram me parabenizar, em sua grande maioria as praças que acompanharam minha trajetória acadêmica e poucos oficiais, diria um ou dois, no máximo, excluindo desta numérica o comandante, o subcomandante e meu chefe de seção. Como salientaram estes oficiais:

“Parabéns. Eu admiro o fato de você estar no mestrado. Mas aqui no batalhão você é um terceiro sargento. E isso quer dizer que, o subtenente que possui somente o segundo grau e que mal sabe construir uma frase inteligível é seu superior e você subordinada a ele.” (Oficial superior)

Como já demonstrado acima, a hierarquia militar busca impor sua autoridade em todas as dimensões do espaço público. Portanto confunde-se a autoridade militar com a autoridade acadêmica.

“Meu irmão é doutor. Ele foi aprovado num concurso de professor substituto numa universidade federal em outro estado. Quando ele me deu a notícia, eu disse: você será a próxima. Você estuda para isso.” (Oficial intermediário)

“Eu acho super maneira você está no mestrado. Inclusive, se fosse comandante te elogiaria no boletim. Você sai do estado para ir a congressos mostrar que o PM também estuda. Você representa um pequeno segmento da polícia que merece reconhecimento, você pensa.” (Oficial superior)

Fiz o requerimento e montei o processo que constava da cópia do pré-projeto, o requerimento solicitando a liberação, a documentação da universidade que constava minha aprovação e uma publicação interna da instituição que estimula a qualificação em nível *stricto sensu*, com o auxílio das praças que trabalham na secretaria da unidade. Era um processo inédito na unidade o que justifica as dúvidas que surgiam por parte dos operadores responsáveis pela elaboração de tal instrumento. Após o envio, poucos dias depois recebi uma ligação telefônica de uma oficial pedagoga da DGEI que falou sobre o processo e sobre uma data para a formação da banca. E, após alguns telefonemas, a banca foi marcada para o dia 15 de junho de 2016. Poucos dias antes, o fato tornou - se

público através da publicação no boletim interno da PMERJ o que permite a todos os integrantes, que acessam o boletim, tomar ciência do fato.

Após tal publicação, recebi muitas mensagens positivas, por meio eletrônico, de policiais das mais diversas unidades. No dia que foi publicado a banca, encontrei com o comandante da unidade que disse: *“Publicou sua banca. Estaremos lá.”* E assim foi, no dia marcado, pela manhã seguimos na viatura dele em direção ao Rio de Janeiro. Estava contente por estar podendo defender meu pré-projeto para oficiais que formam a cúpula da PMERJ que, mesmo sem a autoridade acadêmica, dispunham de autoridade para minha liberação. Saímos da unidade em torno de onze horas. Na parte da manhã o comandante tomou café com seus oficiais, como sempre faz às quartas-feiras, e ao término alguns oficiais vieram me parabenizar pela banca, tendo em vista que o comandante havia dito que viajaria comigo e expôs a razão.

Em torno de quatorze horas e trinta minutos, o diretor da divisão de ensino deu início à banca que era formada por ele, pelo comandante da unidade onde sirvo, por um capitão da divisão de ensino e eu. Com as portas fechadas, o diretor fez um pronunciamento inicial destacando a importância de o policial se qualificar. Ao abrir a pasta que continha meu pré-projeto ele se ateve à universidade e disse: *“É você vai pra UFF, né, lá eles gostam de criticar a gente. Pelo menos com você, seremos criticados por alguém da casa.”* Esta fala me soou repleta de controle social sobre mim. Porquanto eu não poderia “criticar” a polícia no mesmo patamar de igualdade que um pesquisador paisano⁷ porque eu faço parte da instituição e devo obediência às suas normas.

Ao ler o título⁸, me perguntou qual seria meu interesse em estudar abordagem policial ao usuário de drogas. Neste momento, fui envolvida por um sentimento estranho. Estava à frente de dois coronéis que compõem a cúpula da polícia, falando a necessidade de se estudar a abordagem policial ao usuário de drogas. Disse que o comportamento do policial em relação ao usuário deve ser revisto tendo em vista que a forma como é feita não se faz pertinente na atual sociedade. Ele me perguntou o que me motivou a debruçar sobre tal temática. Disse que a forma como o policial abordava o usuário me fazia refletir e que pensava nas moralidades que levam o policial a abordar o usuário e não registrar o fato na delegacia.

⁷ Categorização que designa quem não é não policial.

⁸ Procedimentos dos policiais militares na abordagem ao usuário de substâncias entorpecente e as consequências para o usuário.

Ele me perguntou qual seria a aplicabilidade do meu estudo na polícia e eu disse que poderia ser utilizado para rever o currículo dos cursos de formação⁹ ofertados pela instituição. Após as perguntas pertinentes ao pré-projeto, ele se vira para o comandante da unidade onde sirvo e diz que o procedimento protocolar seria eu ser transferida da unidade atual para a DGEI e lá ser destacada em uma unidade que possibilite o campo para minha pesquisa. Neste momento ele perguntou para que unidade eu gostaria de ir, se BOPE¹⁰, Choque ou CPP¹¹.

Percebi nesta fala um sistema de classificação onde somente estas unidades poderiam me fornecer o campo necessário para a pesquisa envolvendo policiais nas abordagens aos usuários de drogas. Como se o enlace policial, abordagem e usuários de drogas ocorresse somente nestes batalhões. Neste instante o coronel disse que em momento algum cogitou a possibilidade da minha transferência. Ressaltou para ele a importância do meu trabalho em consonância com o elevado grau de confiança que disse dispensa a mim. Esta fala me posiciona não como um sargento comum integrante de uma tropa, esta fala me posiciona como “homem de confiança do comandante”. E, neste caso, acredito ser assim classificada tendo em vista os anos que nos conhecemos, o fato de nunca ter apresentado alterações à administração e a boa execução do meu serviço interno na seção responsável pela logística da unidade.

Após esta fala, ambos me perguntaram onde eu gostaria de trabalhar. Disse que, se não fosse causar muito transtorno, gostaria de continuar na mesma unidade com a liberação para frequentar as aulas e as atividades pertinentes ao mestrado. O diretor disse não ter problemas, contudo me perguntou se eu pretendo pesquisar somente uma unidade e eu disse que não, mas que essa decisão deveria ser tomada de forma conjunta com meu orientador e então destacou que seria válido pesquisar em outras unidades a fim de não se ater a somente uma realidade, destacando que cada unidade atua numa certa região e os procedimentos podem ser diversos quando comparados. Assim, pude perceber que não existe um procedimento protocolar uniforme em toda a instituição. Pois se, existisse, não haveria diferenças de comportamentos em unidades distintas.

Ao término da banca que durou cerca de trinta minutos, o diretor autorizou minhas dispensas, e ao se despedir disse que eu irei dá trabalho para a polícia por duas

⁹ Para as praças: Curso de Formação de Soldados e para os oficiais: Curso de Formação de Oficiais

¹⁰ Batalhão de Operações Especiais

¹¹Coordenadoria de Polícia Pacificadora

razões: primeiro na parte administrativa, que implica eu ser liberada de serviços extras, limitando minha carga horária aos dias (de segunda a sexta-feira) que eu não tenha atividade acadêmica, não podendo exceder o horário do expediente (09 horas às 17/18 horas) e, no segundo, porque eu penso.

Neste instante pensei: darei trabalho por que eu penso? Disse também que minha temática é interessante e que a polícia precisa de profissionais que reflitam. Parabenizou-me pela iniciativa e disse querer ler minha dissertação, quando concluída. Confesso que aqueles trinta minutos foram repletos de reflexões e ideias aparentemente paradoxais. Num primeiro momento, como é interessante para a instituição ter policiais que se qualifiquem academicamente, se estes mesmos darão trabalho. No retorno da viagem, o comandante me parabenizou e disse se sentir honrado em participar deste momento. Também fui parabenizada pelo motorista do comandante que disse ter certeza que não iria ao Rio de Janeiro à toa, que eu seria aprovada.

Poucos dias depois, a seção de pessoal da unidade recebeu um documento classificado como confidencial oriundo da DGEI contendo cópia da ata referente à banca e a minha liberação. Este documento é importante, pois representava o amparo legal para minhas ausências em dias do expediente e minha não escala em serviço extra¹². Conviver com essa liberação não é fácil. Os policiais que trabalham na mesma companhia que eu, o fazem de segunda a sexta-feira com uma folga na semana e ainda estão sujeitos a serviços que excedem o horário do expediente, além de concorrerem a escalas no final de semana e no feriado. Enquanto que eu, por semestres, trabalhei três dias na semana não podendo exceder o horário do expediente nem ser escalada no feriado e final de semana, não raro quando participava de algum evento acadêmico que me ocupava a semana inteira.

Muitas praças não entendiam o porquê de tal liberação. Por vezes, eu explicava todo o processo que culminou nessa condição. Da mesma forma, alguns oficiais faziam o mesmo questionamento. Na unidade onde trabalho ninguém possui formação em nível *stricto sensu*. Poucos são os oficiais que possuem graduação além do CFO que, após 1999 não é considerado pelo MEC como ensino superior, como o próprio Comandante Geral da época, disse em uma palestra.

¹² Exceto em carnaval, eleição e réveillon.

No âmbito das praças, um número significativo possui graduação, oriundo de universidade particular, com ênfase para o curso de direito, outro número considerável cursa ou concluiu o curso Tecnólogo em Segurança Pública pela UFF na modalidade semipresencial. Tenho conhecimento de algumas praças com especialização, também oriundo de instituição particular e de alguns que, destoando da necessidade de se aproximar da linguagem do Estado ou ainda não se aproximando dos estudos pertinentes à Segurança Pública, estudam engenharia e arquitetura.

Nasce uma “gansóloga”

Por mais que eu diga que meu interesse é buscar compreender como as relações sociais ocorrem, alguns policiais acham que sou partidária do criminoso. Por vezes me intitulam “*gansóloga stricto sensu*” numa tentativa de associar meu estudo à defesa dos “gansos”. Na linguagem policial, em conformidade com um subtenente com 17 anos de serviço prestados a polícia, “ganso é o usuário de drogas, ou não que, por andarem em grupo, e realizarem movimentos dos braços e do pescoço, assemelha-se a um bando de ganso e são propensos a cometer alguma infração legal”. E, por vezes, seja nas conversas ou através de grupos de aplicativos de celular, quando o assunto é algum fato envolvendo policiais militares e criminosos, sempre pontuam pedindo minha opinião e me atribuindo o título de “*gansóloga*”.

A respeito desta categorização observo que frente aos meus posicionamentos, eles não apresentam autoridade de argumento, desta forma buscam desqualificar minha formação me atribuindo titulação pejorativa de defensora dos “gansos”, apresentando desta forma o argumento de autoridade, quando dizem que “*na rua é assim*” ou que “*falar é fácil porque não estou na viatura*” ou ainda, “*você fica lá com esses maconheiros da UFF, e fica aí cheia de ideias*”.

Neste ínterim, confesso que o processo de socialização com algumas práticas acadêmicas também não foi fácil para mim. Pois, enquanto policial, não é naturalizado ninguém fumar maconha na minha presença, na academia este fato é socialmente aceito e naturalizado. Passei por situações onde uma colega, enquanto enrolava o cigarro, virou para mim e pediu desculpas.

A partir das posições de acadêmica e ao mesmo tempo membro da Polícia Militar percebiam que esta construção social me deixou estranha para os dois campos, ou seja, na instituição policial não sou reconhecida como uma policial típica e na academia, sou uma policial que estuda, não sendo uma estudante “típica”. Tal fato me coloca na posição de linearidade (TURNER, 1974, p.117) entre essas duas instituições.

Também percebi que, num primeiro momento era estranho para eles me ter presente naquele momento. Seja quando faziam alguns comentários ou quando contava de suas práticas. Assim, acredito que também não foi fácil para eles ter um policial por perto, contudo não observei nenhum comentário neste sentido vindo de forma negativa a minha presença. Ao contrário, certa vez uma colega disse *“a universidade é um exemplo de heterogeneidade. Somos um exemplo disso. Veja só: vários maconheiros e uma policial e está tudo certo. Cada um na sua”*.

Num outro momento me via no meio de uma roda, onde só eu não fumava nem bebia cerveja e por inúmeras vezes fui questionada: *“como assim você estuda maconha e não fuma? Nunca experimentou?”*. E, neste momento me lembrei das palavras do meu orientador, numa aula de metodologia de pesquisa científica, onde este dizia que para pesquisar um assunto não é necessário o praticar. Na ocasião deu exemplo de pedófilos e assaltantes a banco.

Ao mesmo tempo que, no quartel as colocações eram: *“não me assusto se um dia você chegar aqui dizendo que tá fumando.”* Houve uma dificuldade, por parte dos policiais, de entender que a pesquisa não apresenta o viés de defender ou acusar ninguém, e sim entender como as práticas acontecem. E a dificuldade se estendeu, por vezes que, deixei claro que a intenção não é defender ninguém, nem a polícia, o que causava estranhamento por parte deles.

A preocupação com a defesa e o ataque da instituição policial é própria da lógica do contraditório, que representa embates contrários e paralelos remetido ao infinito. (FERREIRA, 2013, p.87).

Considerações Finais

O oferecimento de um curso de Segurança Pública e Social visando os operadores deste sistema e reservando boa parte de suas vagas para os policiais militares souo para mim como uma oportunidade de me apoderar de um conhecimento. Conhecimento este que muito se afasta daquele que tive nos bancos de formação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Se por um lado este é de caráter repetitivo doutrinário, aquele é de caráter reflexivo.

Quando o profissional de segurança pública é convidado a refletir acerca do agir policial, se dá conta de que na verdade suas práticas são fruto de um mecanismo de reprodução de uma ideologia que objetiva manter os interesses de uma classe dominante, onde este, figura como o selecionador de pessoas que ingressará no sistema criminal a partir de uma lógica que desigual a cidadão. A academia me possibilitou compreender as práticas policiais excludentes. Essas práticas se refletiram nas dificuldades impostas a mim pela instituição policial quando me propus a ingressar na academia, tendo em vista que esse local está no imaginário da polícia reservado somente aos oficiais.

Desta forma, por ser sargento da PM me tornei uma estranha no ambiente policial e, por ser uma policial, também me tornei uma estranha no ambiente acadêmico. Percebe-se que a Polícia Militar não está preparada para agir em relação as suas policiais praças que não se limitam à graduação, mas que buscam uma qualificação mais elevada na academia. Os conflitos decorrentes entre a hierarquia policial e acadêmica, resultado da confusão do poder no espaço público convida para uma reflexão acerca da autoridade militar *versus* a autoridade acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO FILHO, Wilson. Ordem pública ou ordem unida? Uma análise do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do governo do estado do Rio de Janeiro: possíveis dissonâncias. In: **INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública**. Niterói: Eduff, p.11-164, 2003.

BERGER, P., & LUCKMANN, T. (1996). **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, P., & PASSERON, J. C. (1982). **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CARUSO, H. G. C.; MORAES, L. P. B. M e PINTO, N. M. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da escola de formação à prática policial. **30º Encontro anual da Anpocs** 2006

FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. **A construção da verdade e a ressurreição da inocência**. Contrastes e confrontos em perspectiva comparada (Brasil e Canadá). Editora Lumen Juris. 2013

GERALDO, Pedro Heitor Barros, KANT, de Lima. Administração de Conflitos em Perspectiva Comparada. *In: 39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 2015, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2015.

KANT, Roberto de Lima. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 13, p. 23-38, Nov. 1999.

_____. Direitos civis, Estado de Direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. Revista Preleção – **Publicação Institucional da Polícia Militar do estado do Espírito Santo de assuntos** – Segurança Pública – ano 1, n.1, abr. 2007.

NEVES, Dylla de Moura Campos. **Hierarquia e disciplina: análise da relação de ensino – aprendizagem no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social**. Monografia apresentada no final de Curso de Bacharel em Segurança Pública, Universidade Federal Fluminense, 2016.

TURNER, Vitor. **O processo ritual. Estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis Vozes. 1974.

VERÍSSIMO, Marcos. Quando a Polícia vai à Faculdade: “inclusão social” ou “choque cultural”? *In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: SBS, 2015.

WACQUANT, Lois. **Corpo e alma. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.